

10. REGULAMENTO DO PROVEDOR MUNICIPAL DOS ANIMAIS – APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL

Sob proposta do Sr. Vereador Altino Bessa, com a área de responsabilidade da Política Animal, submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação pela Assembleia Municipal, o Regulamento do Provedor Municipal dos Animais de Braga, nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 33.º e alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



António de Sousa
722203
[Signature]

RELATÓRIO
da
CONSULTA PÚBLICA

e

REGULAMENTO DO PROVEDOR MUNICIPAL DOS ANIMAIS DE BRAGA

ÍNDICE:

1. Proposta submissão Órgãos Autárquicos
2. Período de consulta pública
3. Locais de consulta e contributos recebidos
4. Apreciação dos contributos
5. Proposta da redação final do Regulamento do Provedor Municipal dos Animais de Braga



1. PROPOSTA SUBMISSÃO ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso – DSJC,</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão,</p> <p>____/____/____</p>
<p>Despacho do Sr. Vereador com a área de responsabilidade da Política Animal, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p>____/____/____</p>

Nº Informação: I-390

Data: 05/01/2022

Assunto: Aprovação do Projeto de Regulamento do Provedor Municipal dos Animais de Braga, na sequência da consulta pública realizada, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Braga

Considerando que:

- A. Em 26.07.2021, o Executivo Municipal deliberou aprovar a criação da figura do Provedor dos Animais no Município de Braga, bem como o início do procedimento regulamentar de designação, organização e funcionamento desta figura,
- B. Cujas publicações ocorreram pelo AV/11/2021, a 06.08.2021, onde se fixava o prazo de 10 dias úteis para a formulação de contributos ou sugestões que pudessem ser considerados no âmbito do regulamento em curso;

- C. No prazo estipulado para o efeito, não se constituíram interessados. Contudo,
- D. A 27.09.2021, o PAN – Pessoas-Animais-Natureza – solicitou a sua constituição como parte interessada, através de mensagem de correio eletrónico, tendo tal constituição, apesar de extemporânea, sido considerada pelos serviços municipais, uma vez que este se pretende um procedimento participado e cooperado;
- E. A 18.10.2021 foi deliberada, pelo Executivo Municipal, a abertura do período de consulta pública;
- F. O Projeto de Regulamento, em obediência às normas legais aplicáveis, foi publicado no site do Município, através do Aviso 15/2021, e em Diário da República, a 11.11.2021, pelo Aviso n.º 21180/2021.
- G. No mesmo período o projeto foi igualmente submetido a pronúncia das “associações representativas dos interesses envolvidos” na matéria em causa, bem como ao PAN – Pessoas-Animais-Natureza, por se ter constituído como parte interessada no procedimento regulamentar;
- H. Nessa sequência, foram rececionados os contributos, constantes do relatório em anexo, tendo, após a respetiva análise, aqueles que se entenderam pertinentes, sido vertidos na redação ora proposta a aprovação.
- I. Foram, assim, cumpridas todas as formalidades da fase de preparação do regulamento previstas no procedimento, em especial a fase da participação, cumprida através de consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA;
- J. Não se justifica, nem a legislação impõe, a realização de nova consulta pública, uma vez que não resultaria qualquer alteração no projeto de regulamento, quanto à sua estrutura e quanto ao seu conteúdo material, para além daquelas que já se verificaram no âmbito do procedimento de participação já cumprido;
- K. De acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município;
- L. Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município;

Assim:

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação- bem como ao abrigo da conjugação do disposto nas alíneas ii), jjj)

e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º com o artigo 24.º, todos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - o projeto de ***Regulamento do Provedor Municipal dos Animais de Braga***, em anexo, que faz parte integrante da presente proposta, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.

À superior consideração,

A Jurista,

2. DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

No decurso do processo de elaboração do Regulamento do Provedor Municipal dos Animais foi promovida a necessária consulta pública do seu projeto, que se encontrava disponível para consulta em <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/apoio-ao-cidadao/avisos-e-anuncios>, pelo AV/15/2021_DR, ou em Diário da República, 2.ª série, 11 de novembro, pelo Aviso n.º 21180/2021. O período de consulta pública findou a 27 de dezembro de 2021.

Concomitantemente, foram remetidos ofícios e emails às entidades representativas dos interesses envolvidos, a saber:

- APPANIBRAG - Associação para a proteção de animais errantes de Braga (S/68497, de 26.10.2021);
- BRAGATOS- Associação de Proteção Animal (S/68494, de 26.10.2021);
- ABRA – Associação Bracarense Amigos dos Animais (mensagem de correio eletrónico, remetida no dia 26.10.2021)
- ABANDONED PETS, Associação pela Dignidade Animal – S.O.S – ADOPTA (S/68477, de 26.10.2021);
- PAN - Pessoas-Animais-Natureza (mensagem de correio eletrónico, remetida no dia 26.10.2021) – na qualidade de *interessados*.

3. DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública (apenas) foram rececionados os contributos do PAN, cuja exposição se encontra junta ao presente processo.

4. DA APRECIÇÃO CONTRIBUTOS

Foram rececionados os contributos constantes do quadro infra:

Artigo	Sugestão - PAN	Comentário	Acolhido/Não acolhido
Artigo 2.º	Neste artigo deve constar um ponto sobre a duração do mandato da pessoa designada. Os critérios para a escolha do provedor devem ser mais claros e transparentes, assim como a descrição do processo para que os cidadãos possam se candidatar ao cargo.	A duração do exercício de funções consta do artigo 7.º; no entanto, esclareceu-se que o mesmo deve coincidir com o mandato autárquico.	✓
Artigo 3.º	Sugerimos neste ponto que o futuro provedor possa usufruir de um sistema de senhas semelhante aos presentes na Assembleia Municipal sempre que acumular um conjunto de horas/projectos dedicados ao cargo.	O Estatuto dos Eleitos Locais apenas prevê que tenham direito a senhas de presença os eleitos locais (membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias)	X
Artigo 6.º	Toda a eventual despesa efetuada pelo Provedor dos Animais no âmbito das suas funções tem que ser previamente aprovada pelo vereador.	A sugestão tem de cumprir os pressupostos legais	X
	<p>Dever de colaboração</p> <p>1 - Os órgãos municipais, os serviços municipais, e as empresas municipais devem prestar toda a colaboração que lhes seja solicitada pelo Provedor Municipal dos Animais de Braga, no âmbito do desempenho das suas competências.</p> <p>2 - Os serviços municipais e as empresas municipais devem responder, por escrito, no prazo de dez dias úteis, às questões ou solicitações remetidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Braga.</p> <p>3 - Cessando tal prazo, sem que seja obtida resposta, pode o Provedor Municipal dos Animais de Braga</p>	O artigo 6.º prevê já que para o cumprimento da sua missão, ao Provedor sejam disponibilizados os apoios necessários ao bom desempenho das suas funções.	X



	solicitar a intervenção do Presidente da Câmara Municipal.		
Artigo 7.º	O Provedor Municipal dos Animais de Braga toma posse em sessão pública da assembleia municipal	O Provedor Municipal dos Animais de Braga toma posse perante o Presidente da Câmara Municipal.	X
Artigo 9.º	<p>Emitir pareceres e recomendações no âmbito da sua missão, por iniciativa própria ou a pedido do Presidente da Câmara Municipal, do Vereador com o pelouro respetivo, da Câmara Municipal, ou da Assembleia Municipal; O relatório deverá ser elaborado semestralmente.</p> <p>i) Encaminhar às entidades competentes informação que receba sobre situações que coloquem em risco o bem-estar animal -</p> <p>j) Assinalar as deficiências de regulamentação municipal de bem-estar animal que identificar, emitindo recomendações para a sua interpretação, alteração ou revogação.</p> <p>k) Deverá ser constituído como parte interessada aquando qualquer matéria legislativa municipal ou medidas tomadas que visam o bem estar animal.</p> <p>l) Apresentar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal o plano anual de atividades, previamente à implementação do mesmo;</p>	Acolhido, com a particularidade de apresentação com de relatório anual (ao invés de semestral, cf. proposto).	✓ i) Acolhido. j) Não acolhido k) Não acolhido l) Não acolhido
Artigo (novo)	(Dever de cooperação) 1 - O provedor dos animais deve cooperar com todas as entidades relevantes para a prossecução da sua missão.	Já consta do artigo 9.º, alínea h)	X
Artigo 11.º	Exceto quando se trate de factos passíveis de constituir crime de maus-tratos a animais	Os crimes contra animais de companhia tratam-se de ilícitos penais de natureza pública, e por esse motivo nunca caberão nos	X



		factos sujeitos a sigilo.	
	<p>Transparência e divulgação</p> <p>Como princípio basilar da sua atuação, o Provedor dos Animais deve publicar de forma que os munícipes tenham acesso, todos os documentos de relevância nas suas funções, nomeadamente:</p> <p>a) Plano estratégico;</p> <p>b) Relatório de atividades.</p> <p>Esta divulgação deve ser assegurada pela Câmara Municipal de Braga através de ferramentas online como site, ou páginas sociais, de forma a que os cidadãos possam acompanhar as atividades do provedor</p>		✓
Artigo 12.º	Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento é competente o vereador.		✓

LEGENDA:

- ✓ - Contributo acolhido no regulamento
- X – Contributo não acolhido

NOTA JUSTIFICATIVA

A promoção do Provedor Municipal dos Animais de Braga, decorre da necessidade de se criar uma figura que assegure a proteção e respeito pelo bem-estar destes animais, ao mesmo tempo que atue no sentido de garantir uma maior interoperacionalidade entre os municípios, as associações locais de defesa dos animais e a autarquia.

Esta deverá ser uma figura municipal não executiva, isenta, imparcial, defensora da causa pública, mediadora e não revestida de autoridade local, criada com o intuito de melhorar e reforçar a implementação prática das políticas públicas de prossecução dos direitos dos animais e da promoção do bem-estar animal no Município.

O Provedor dos Animais terá o importante papel de receber os municípios com e sem animais, por forma a atingir o equilíbrio e a saudável convivência da comunidade local, bem como o papel de esclarecer a população das políticas municipais para a melhoria do bem-estar dos animais, da responsabilidade de quem cuida deles, e da necessidade de se cumprir a legislação nacional e regulamentos municipais nomeadamente no que concerne à higiene pública, ao comportamento das pessoas face aos animais e às competências de fiscalização e atuação legal.

Finalmente, pretende-se que o Provedor dos Animais contribua para melhorar a coordenação das políticas públicas relacionadas com a defesa dos direitos dos animais e que se revele como um instrumento decisivo no âmbito da resolução das questões que afetam quotidianamente a sensibilidade de todos os cidadãos que se preocupam com as questões relacionadas com o bem-estar animal.

Nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a nota justificativa da proposta de regulamento deve ser acompanhada por uma ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas. Dando cumprimento a esta exigência, refira-se que no presente regulamento essa ponderação deve tender, seguramente, para o lado dos benefícios. Efetivamente, a criação de uma figura desta natureza, vem acompanhar quer a evolução da sociedade, quer a evolução legislativa que se

têm sentido na matéria em causa, não se estimando custos acrescidos para a medida projetada, desde logo porque se trata da criação de uma figura que não será remunerada.

O projeto deste Regulamento foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), através de publicação no Diário da República, pelo Aviso n.º 21180/2021, de 11 de novembro, e na Internet, no sítio institucional do Município, tendo sido rececionados, analisados e acolhidos alguns dos contributos apresentados pelo PAN – Pessoas-Animais-Natureza.¹

Assim sendo, considerando que de acordo com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, a Assembleia Municipal de Braga, ao abrigo do preceituado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o seguinte Regulamento:

¹ Conforme relatório anexo.

REGULAMENTO DO PROVEDOR MUNICIPAL DOS ANIMAIS

Artigo 1.º

Missão

O Provedor Municipal dos Animais de Braga tem por missão garantir a defesa, o bem-estar e a proteção dos animais, bem como promover, zelar e monitorizar a prossecução dos seus direitos e interesses, sempre que necessário com recurso aos serviços municipais.

Artigo 2.º

Elegibilidade e designação

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga é designado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, ou do Vereador com competência delegada.
2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga toma posse perante o Presidente da Câmara Municipal.
3. A designação para o cargo de Provedor Municipal dos Animais de Braga deve recair num cidadão residente no concelho, que goze de comprovada reputação, integridade e independência.

Artigo 3.º

Estatuto Remuneratório

O cargo de Provedor Municipal dos Animais de Braga não é remunerado.

Artigo 4.º

Independência, imparcialidade e autonomia

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga prossegue a sua atividade de forma independente, imparcial e autónoma em relação aos órgãos autárquicos, nos termos conferidos pelas presentes normas e demais legislação aplicável.

2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga prossegue a sua missão em colaboração com os serviços municipais, movimentos de cidadãos, associações, instituições ou outras entidades, cujo objeto seja a proteção, o bem-estar, e a defesa dos direitos dos animais, e que atuem na área do Município de Braga, sempre que tal seja benéfico para o cumprimento da sua função.

Artigo 5.º

Incompatibilidades

O exercício da missão do Provedor Municipal dos Animais de Braga é incompatível com o cargo de dirigente municipal, membro de órgão de empresa municipal, funcionário municipal ou de empresa municipal, cargos de nomeação política em exercício na Câmara municipal ou empresa municipal, não podendo também integrar os órgãos sociais de movimentos associativos cujo objetivo seja a proteção e defesa dos animais.

Artigo 6.º

Apoio

Para o desempenho das suas funções o Provedor Municipal dos Animais de Braga dispõe do apoio dos serviços municipais, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador responsável pela área, definir, no quadro legal vigente, satisfeito o princípio da economia, da eficiência e da eficácia e, assegurada a respetiva dotação orçamental, quais os meios humanos e logísticos necessários ao adequado e cabal exercício da sua atividade.

Artigo 7.º

Exercício de funções

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga exerce as suas funções por um período de quatro anos, coincidente com o mandato autárquico.
2. Após o termo do período para que foi designado, o Provedor Municipal dos Animais de Braga mantém -se em exercício de funções até à tomada de posse do seu sucessor.

Artigo 8.º

Cessação de funções

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga cessa a sua função nos seguintes casos:
 - a) Por deliberação da Câmara Municipal, devidamente fundada e fundamentada, em motivo sério e ponderosos de perda total de condições de confiança que o lugar exige;
 - b) Morte ou incapacidade física permanente;
 - c) Incompatibilidade superveniente;
 - d) Renúncia fundamentada.
2. A renúncia é comunicada por escrito pelo Provedor Municipal dos Animais de Braga à Câmara Municipal de Braga.

Artigo 9.º

Competências

Compete ao Provedor Municipal dos Animais de Braga:

- a) Receber, analisar e procurar resolver as queixas e reclamações que lhe forem apresentadas pelos Municípes;
- b) Apreciar as reclamações dos Municípes, sem poder decisório, dirigindo apenas as recomendações necessárias;
- c) Emitir pareceres e recomendações no âmbito da sua missão, por iniciativa própria ou a pedido do Presidente da Câmara Municipal, do Vereador com competência delegada, da Câmara Municipal, ou da Assembleia Municipal;
- d) Dar resposta, no prazo de 30 dias úteis a solicitação dos órgãos municipais, ou, em igual prazo, a satisfação das reclamações apresentadas por municípes;
- e) Elaborar um relatório anual da sua atividade, para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;
- f) Promover e participar em ações, nomeadamente de sensibilização, seminários, conferências, cursos, e outros eventos afins;

- g) Cooperar e colaborar com entidades competentes na prossecução de soluções adequadas tendentes à melhoria da qualidade dos serviços públicos que prestem cuidados e tenham responsabilidades na promoção e defesa dos direitos dos animais;
- h) Acompanhar entidades na prossecução de missões relevantes para os interesses dos animais de forma a auxiliar quando necessário garantindo o resultado final mais justo e adequado possível;
- i) Emitir, por queixas, reclamações, por iniciativa própria ou com base em solicitações que lhe tenham sido dirigidas, pareceres, recomendações e propostas, com vista ao aperfeiçoamento e melhoria das respostas públicas na proteção do bem-estar animal;

Artigo 10.º

Limitação de competências

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga não tem poder decisório ou capacidade sancionatória, dirigindo aos órgãos municipais competentes as suas recomendações.
2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga não tem competência para anular, revogar ou alterar qualquer decisão e a sua intervenção não suspende o decurso de prazos gratuitos ou contenciosos.

Artigo 11.º

Dever de Sigilo e Confidencialidade

O Provedor Municipal dos Animais de Braga fica obrigado a manter sigilo sobre os factos de que tome conhecimento no exercício das suas funções, sempre que tal sigilo se imponha em virtude da natureza desses mesmos factos, ficando igualmente obrigado ao respeito pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Artigo 12.º

Divulgação

1. O Município de Braga assegura a divulgação e os meios de acesso dos cidadãos ao Provedor Municipal dos Animais de Braga.
2. O Município publica, de forma que os munícipes tenham acesso, os documentos de relevância nas funções do Provedor dos Animais.

Artigo 13.º

Lacunas no regulamento

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento é competente para decidir o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competência delegada.

Artigo 14.º

Produção de efeitos

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

Artigo 15.º

Disposição Transitória

O Provedor Municipal dos Animais tomará posse logo que for designado para o efeito e exercerá funções até ao final do presente mandato autárquico em curso.